

=(Unidade-Disciplina-Trabalho)=

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Direcção de Contabilidade Pública

# Síntese Geral de Execução Orçamental do I Trimestre de 2024

Abril de 2024

## **Relatório de Execução Orçamental**

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 31 de Março de 2024.

Disponível *on-line* em: [www.financas.gov.st](http://www.financas.gov.st)



Ministério do Planeamento e Finanças  
Direcção de Contabilidade Pública

### **Contributos:**

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

## Conteúdo

Índice de Tabelas .....	1
Índice de Gráficos .....	1
Sumário.....	2
I. Análise do Saldo Primário e Global .....	3
II: Análise da Execução das Receitas .....	4
II.1. Receitas Totais .....	4
II.2.Receitas Fiscais .....	5
II.3. Receitas Não Fiscais .....	5
II.4. Donativos .....	6
III. Análise de Execução das Despesas.....	7
III.1. Despesas Totais.....	7
III.2. Subsídios e Transferências Correntes .....	8
III.3. Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social) .....	8
III.4. Despesas com Bens e Serviços.....	8
IV. Dívida Pública.....	9

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Principais Saldos Orçamentais – até Março de 2024/2023.....	3
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas.....	4
Tabela 3: Despesas Totais Executadas.....	7
Tabela 4: Estoque da Dívida Pública até Março de 2024.....	9

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura dos Saldos em relação ao PIB.....	3
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Totais e Correntes Realizadas.....	4
Gráfico 3: Estrutura das Despesas Totais e Correntes de Funcionamento.....	7

## Sumário

A execução orçamental de Janeiro a Março do ano 2024, para efeitos de análise, baseou-se no cumprimento da Lei n.º 3/2024, de 25 de Março (Lei que aprovou o OGE para o referido ano), possibilitando a análise da execução das receitas, despesas e défices do período.

Conforme a TOFE (Tabela de Operações Financeiras do Estado), até Março de 2024, obteve-se um défice primário doméstico na ordem de 0,01% face ao PIB projectado para o ano.

Numa breve análise sobre as receitas, verifica-se que as receitas efectivas tiveram um grau de realização de 17,9%, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 15,2% e 23,5% respectivamente, do estimado para o ano. Relativo aos Donativos, verifica-se um ligeiro acréscimo de 21,6%, quando comparado com período homólogo, que pode ser justificado pela entrada do apoio orçamental do BAD no mês de Janeiro do ano em análise.

Durante o período em análise, as receitas fiscais tiveram uma realização que ascende aos 356.048 milhares de Dobras, cerca de 15,2% do programado para o ano, o que corresponde a um acréscimo de 34,9%, comparativamente ao período homólogo, e cerca de 2,1% do PIB estimado para o ano.

As receitas não fiscais atingiram 15,0% em relação ao orçamentado, e um decréscimo de 12,4%, em relação ao período homólogo, correspondendo a 0,003% do PIB programado para o ano 2024. O fraco desempenho registado nesta categoria de receitas, deve-se a fraca contribuição das suas componentes, tais como, bonificações e prémios de pescas, outras receitas patrimoniais e receita de serviços, que atingiram 1,7%, 7,3% e 19,2%, respetivamente, face ao programado para o ano.

As despesas primárias atingiram 19,0% do aprovado e, comparativamente ao período homólogo, as mesmas conheceram um acréscimo de 12,6%, representando assim 3,1% do PIB projectado para o ano de 2024. Neste período, registou-se um Saldo Primário negativo de 106.399 milhares de Dobras, abaixo do período homólogo em 26,0%.

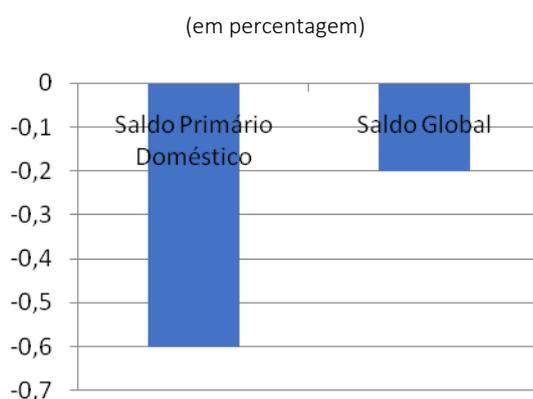
Na sequência do que vem sendo feito desde o exercício económico de 2019, incorporou-se na TOFE as informações relativas as receitas e despesas de alguns Sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e conseqüentemente realizam algumas despesas por conta das mesmas receitas, fora do OGE. Esses movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e não passam pela CUT. Para melhor transparência na utilização do erário público, as receitas destes fluxos, consideradas de Receitas de Serviços, de Janeiro a Março 39.446 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, perfazem 45.523 milhares de Dobras.

De igual modo, as despesas classificadas de consignadas atingiram o valor de 36.126 milhares de Dobras e, adicionando as já existentes, totalizam 40.645 milhares de Dobras.

## I. Análise do Saldo Primário e Global

O Saldo primário, é o principal indicador de gestão das finanças públicas, que nos mostra em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período. Entretanto, no período de Janeiro a Março de 2024, registou - se um saldo primário base compromisso deficitário no valor de 106.399 milhares de Dobras, contra o déficit de 143.755 milhares de Dobras registado em igual período de 2023 (cf. Tabela 1). O déficit primário obtido neste período em análise, equivale a 0,6% do PIB programado para o ano de 2024.

**Gráfico 1: Evolução e Estrutura dos Saldos em relação ao PIB**



Fonte: DCP – MPF

Relativamente ao Saldo global, que depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período, foi apurado entre Janeiro a Março de 2024, um saldo global base caixa negativo de 30.680 milhares de Dobras, contra os 134.364 milhares de Dobras negativo, registado no igual período de 2023, traduzindo – se num déficit de 0,2% do PIB.

**Tabela 1: Principais Saldos Orçamentais – até Março de 2024/2023**

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2022	OGE 2023	Jan - Mar. 2023	OGE 2024	Jan - Mar. 2024	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Primário Doméstico	-418 643	-338 905	-143 755	0	-106 399	...	-26,0	-0,6
Saldo Global	-378 778	-455 985	-134 364	-327 901	-30 680	9,4	-77,2	-0,2

Fonte: DCP – MPF

Este resultado do saldo global da execução orçamental no período em análise, comparativamente ao ano 2023, decorre:

- Do aumento das receitas totais em 34,7% (205.594 milhares de Dobras), registando uma evolução positiva em diferentes agregados.
- Do ligeiro acréscimo das despesas totais em 1,0% (7.420 milhares de Dobras), registando aumento apenas na rubrica despesas correntes.

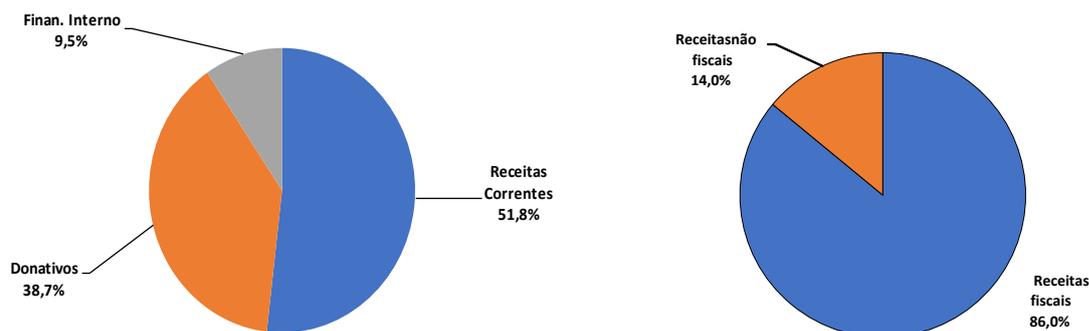
## II: Análise da Execução das Receitas

### II.1. Receitas Totais

As receitas totais arrecadadas, até Março de 2024, cifrou-se em 798.767 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 18,3% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga positiva de 34,7%, face ao executado no igual período do ano 2023 (593.173 milhares de Dobras).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Totais e Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: DCP – MPF

Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2022	OGE 2023	Jan - Mar. 2023	OGE 2024	Jan - Mar. 2024	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	3 281 898	3 534 550	584 501	4 035 099	722 808	17,9	23,7	4,3
Receitas correntes	1 747 374	2 072 387	330 551	2 723 773	414 009	15,2	25,2	2,5
Receitas corr. excl. petróleo	1 632 616	2 068 575	313 780	2 716 200	408 688	15,0	30,2	2,4
Receitas fiscais	1 348 254	1 734 829	264 355	2 336 319	356 048	15,2	34,7	2,1
Impostos directos	503 899	558 358	102 921	636 789	133 512	21,0	29,7	0,8
Impostos indirectos	842 857	1 174 688	161 272	981 621	222 400	22,7	37,9	1,3
Imposto s/ Importação d/q	461 327	697 911	75 694	826 440	58 622	7,1	-22,6	0,3
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	1 023	0	326	763	262	34,3	-19,8	0,0
Imposto sobre Consumo	248 274	373 654	57 979	47 900	4 485	9,4	-92,3	0,0
Imposto s/valor acrescentado (IVA)	0	183 723	0	614 901	122 197	19,9	...	0,7
Imposto Especial de Consuo (IEC)	0	49 932	0	100 747	18 376			
Imposto de Selo	76 896	42 133	15 751	32 330	10 068	31,1	-36,1	0,1
Taxas	54 832	60 990	10 593	71 611	6 710	9,4	-36,7	0,0
Contribuição ao Fundo de Desempri	337	0	0	0	0	...	...	0,0
Outras receitas fiscais	1 160	1 783	163	2 262	136	6,0	-16,5	0,0
Receitas não fiscais	399 120	337 558	66 195	387 454	57 961	15,0	-12,4	0,3
Receitas patrimonial d/q	214 667	121 389	19 433	142 421	9 476	6,7	-51,2	0,1
Rendimento de petróleo	113 735	3 812	16 444	7 573	5 060	66,8	-69,2	0,0
Receitas de serviços	180 376	209 405	45 820	237 363	45 523	19,2	-0,6	0,3
Outras receitas não fiscais	4 077	6 764	943	7 670	2 962	38,6	214,1	0,0
Donativos	1 534 524	1 462 163	253 950	1 311 326	308 799	23,5	21,6	1,8
para financiamento do OGE	417 722	448 974	0	274 474	120 046	43,7	...	0,7
para Projectos	1 056 065	917 828	225 181	950 000	188 752	19,9	-16,2	1,1
HIPC	60 737	95 361	28 770	86 852	0	0,0	-100,0	0,0

Fonte: DCP – MPF

## II.2. Receitas Fiscais

Durante o período em análise, esta categoria de receita teve uma realização que ascende aos 356.048 milhares de Dobras, cerca de 15,2% do programado para o ano, o que corresponde a um acréscimo de 34,9%, comparativamente ao período homólogo, e cerca de 2,1% do PIB estimado para o ano.

Com relação aos impostos directos, o acréscimo na ordem de 29,7% deve-se ao comportamento das seguintes receitas:

- **Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRS)**, é o maior agregado dos impostos directos, teve uma arrecadação de 113.679 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 23,0% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 26,9%, motivado pela mudança de política fiscal que consequentemente resultaram numa maior arrecadação desta receita a favor do Estado.
- **Imposto sobre rendimento de pessoas colectivas (IRC)**, que se cifrou, durante o exercício em análise, em 13.000 milhares de Dobras, registando uma execução na ordem de 10,9%, e um acréscimo comparativamente ao período homólogo de 155,5%. O aumento verificado na arrecadação do IRC pode ter sido atribuído as mudanças recentes da legislação tributária ou na melhoria da eficiência de colecta de impostos, ou mesmo na aplicação simultânea e combinada dos dois factores.

Em relação aos impostos indirectos, o nível de execução atingido de 22,7%, deveu-se essencialmente às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- **Imposto sobre a Exportação**, até Março de 2024, a execução desta categoria de imposto situou-se em 1.942 milhares de Dobras, representando cerca de 58,2% do programado para o ano e um acréscimo de 54,8% em relação ao igual período de 2023.
- **Imposto sobre Consumo**, este agregado de receitas registou uma execução que ficou nos 9,4% do programado, ascendendo aos 4.485 milhares de Dobras, o que representa um decréscimo de 92,3%, face ao arrecadado no período homólogo. Desde a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto Especial de Consumo (IEC) é notório e evidente a queda deste grupo de impostos.

## II.3. Receitas Não Fiscais

No concernente a esta categoria de receitas obteve uma taxa de realização de 15,0% do programado, ascendendo aos 57.961 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais teve um decréscimo de 12,4% face ao igual período de 2023, representando desta forma, 7,3% das receitas totais realizadas.

### i. Receitas Patrimoniais

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 6,7% do estimado para o ano, ascendendo aos 9.476 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 51,2% face ao que se arrecadou no igual período do ano transato (19.433 milhares de Dobras). O baixo nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao fraco desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução inferior ao período homólogo de 2023.

## ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Assim sendo, de Janeiro a Março de 2024 arrecadou-se neste agregado de receitas, o montante de 45.523 milhares de Dobras. Estas receitas representam 78,5% das receitas não fiscais e obteve o nível de execução de 19,2% do programado, representando desta forma uma diminuição de 0,6% face ao arrecadado no período homólogo de 2023.

## iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, ou seja, de Janeiro a Março de 2024, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 38,6% do programado, atingindo os 2.962 milhares de Dobras, com um acréscimo de 214,1%, face ao registado no igual período de 2023, representando cerca de 5,1% das receitas não fiscais.

## II.4. Donativos

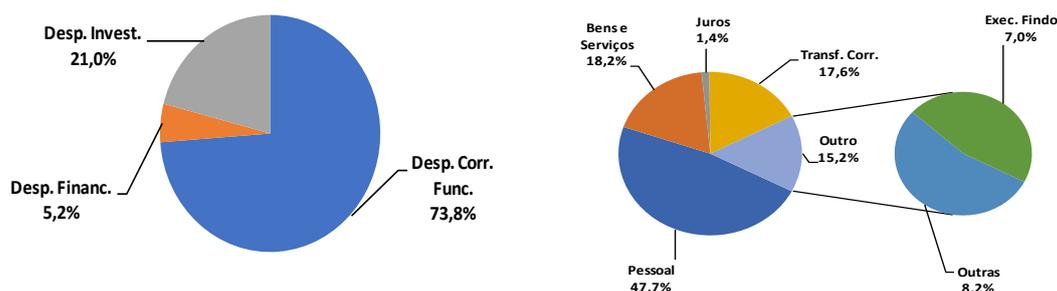
Da apreciação dos dados do Tabela 2, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, constituído pelo donativo para Financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC, registaram até final de Março de 2024, um grau de execução de 23,5% do programado, ascendendo ao montante de 308.799 milhares de Dobras que entretanto representa um acréscimo de 21,6% do que foi arrecadado no igual período de 2023. Para este aumento contribuíram, por um lado, a entrada dos Donativos para financiamento dos Projectos, que se situou em 188.752 milhares de Dobras, correspondendo a 19,9% do programado e um decréscimo de 16,2% do executado no período homólogo, e por outro lado, dos Donativos para financiamento do OGE, com o nível de execução de 43,7%.

### III. Análise de Execução das Despesas

#### III.1. Despesas Totais

As Despesas Totais conheceram uma taxa de execução de 17,3% relativamente ao programado para 2024, ascendendo ao montante de 753.508 milhares de Dobras, e um acréscimo de 1,0% do executado no igual período de 2023. Verifica-se que o total executado foi impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (73,8%, cf. Gráfico 3).

**Gráfico 3: Estrutura das Despesas Totais e Correntes de Funcionamento**  
(em percentagem)



Fonte: DCP-MPF

**Tabela 3: Despesas Totais Executadas**  
(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2022	OGE 2023	Jan - Mar. 2023	OGE 2024	Jan - Mar. 2024	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	4 067 952	3 775 000	746 075	4 363 000	753 508	17,3	1,0	4,5
Despesas efectivas	3 860 658	3 506 000	690 927	4 052 000	714 402	17,6	3,4	4,2
Despesas primárias	2 051 258	2 328 070	457 535	2 716 200	515 105	19,0	12,6	3,1
Despesas correntes	2 415 354	2 393 000	497 176	2 876 000	556 289	19,3	11,9	3,3
Despesas com pessoal	1 145 760	1 244 472	239 636	1 454 600	265 272	18,2	10,7	1,6
Bens e serviços	261 881	295 486	68 236	387 775	101 152	26,1	48,2	0,6
Juros da dívida	69 603	120 728	20 890	194 000	7 594	3,9	-63,6	0,0
Subsídios e tranf. correntes	369 900	442 322	101 255	505 600	97 641	19,3	-3,6	0,6
Outras despesas correntes	250 777	216 108	45 408	227 225	45 880	20,2	1,0	0,3
Exercício findo	317 432	73 884	21 751	106 800	38 750	36,3	78,1	0,2
Investimento públicos	1 445 304	1 113 000	193 751	1 176 000	158 113	13,4	-18,4	0,9
Recursos internos	22 940	129 682	3 000	141 000	5 160	3,7	72,0	0,0
Recursos próprios	12 417	67 208	2 032	68 500	2 160	3,2	6,3	0,0
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Recursos Consignados	0	0	0	7 500	0			
HIPC	10 523	62 474	968	65 000	3 000	4,6	210,0	0,0
Recursos externos	1 422 364	983 318	190 751	1 035 000	152 953	14,8	-19,8	0,9
Donativos	1 322 769	917 828	181 678	950 000	152 493	16,1	-16,1	0,9
Empréstimos	99 595	65 490	9 073	85 000	460	0,5	-94,9	0,0
Despesas Financeiras	207 294	269 000	55 148	311 000	39 105	12,6	-29,1	0,2

Fonte: DCP-MPF

### **III.2. Subsídios e Transferências Correntes**

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Às transferências correntes, durante o período compreendido de Janeiro a Março do ano em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 97.641 milhares de Dobras, o que corresponde a 19,3% do aprovado no OGE de 2024 e um decréscimo de 3,6% do executado no igual período do ano 2023.

Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior destaque as transferências para Serviços Autónomos, Institutos Públicos, a Região Autónoma do Príncipe (RAP) e para as Câmaras Distritais tendo alcançado 22,2%, 20,3%, 21,9% e 22,8%, respectivamente, em relação ao executado no igual período de 2023.

### **III.3. Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)**

Nesta categoria de despesas, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 47,7% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, representando desta forma 74,5% das receitas fiscais realizadas e 1,6% do PIB estimado para o ano, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo.

Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 265.272 milhares de Dobras, representando 18,2% do aprovado no OGE 2024, correspondendo em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 10,7%.

### **III.4. Despesas com Bens e Serviços**

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 18,2% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). Até o final do mês de Março, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 26,1% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 101.152 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 48,2%, face ao executado no mesmo período do ano transato. O acréscimo verificado foi impulsionado pelo aumento registado ao nível dos bens não duradouros, das aquisições de serviços e encargos com viagens, que ascenderam os 12,8%, 56,5% e 27,2% respectivamente, acima do valor observado no mesmo período do ano 2023.

## IV. Dívida Pública

Até Março do ano 2024, o stock da dívida pública situou-se em USD 600,9 milhões de Dólares Americanos, um decréscimo de 0,4% quando comparado com o stock da dívida pública do ano 2023, correspondendo a 80,8% do PIB programado para o ano 2024, sendo que do montante apurado, USD 279,7 milhões correspondem aos sem atrasados e USD 321,2 milhões aos atrasados. Em termos de estrutura, nota-se que, 39,3% do stock da dívida pública referem-se a dívida externa, 16,7% a dívida interna e 44,0% a passivos contingentes.

**Tabela 4: Stock da Dívida Pública até Março de 2024**

(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2023	2024- Março	Sem atrasados	Atrasados	Estr. %	Var. %
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II+III	603,6	600,9	279,7	321,2	100,0%	-0,4%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II	338,8	336,5	275,8	60,7	56,0%	-0,7%
I. DÍVIDA EXTERNA	236,7	236,2	230,2	6,0	39,3%	-0,2%
II. DÍVIDA INTERNA	102,1	100,3	45,6	54,7	16,7%	-1,7%
III. PASSIVOS CONTINGENTES	264,7	264,3	3,9	260,4	44,0%	-0,2%

Fonte: DT/GDP- MPF